

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 939.901 - SP (2016/0162821-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : PANASONIC DO BRASIL LIMITADA**  
**ADVOGADO : RUI GERALDO CAMARGO VIANA E OUTRO(S) - SP014932**  
**ADVOGADA : FERNANDA BONILHA DAOUD - SP220544**  
**SOC. de ADV. : CAMARGO VIANA, GOMES, DAOUD E ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**AGRAVANTE : VERA APARECIDA MICHELETO MAIA**  
**AGRAVANTE : VERA LUISA MICHELETO MAIA LEONETTI**  
**AGRAVANTE : ANTONIO LEONETTI JUNIOR**  
**AGRAVANTE : RICARDO JOSE MICHELETO MAIA**  
**AGRAVANTE : IVETE RODRIGUES MOTA MICHELETO MAIA**  
**AGRAVANTE : JOSE NICODEMOS MAIA FILHO**  
**AGRAVANTE : SANDRA APARECIDA MARTINS DE SIQUEIRA MAIA**  
**AGRAVANTE : MILENA APARECIDA MICHELETO MAIA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : JOAO BATISTA SOARES RIBEIRO**  
**ADVOGADO : JÚLIO APARECIDO COSTA ROCHA - SP105783**  
**AGRAVADO : Wael Mamoud**  
**ADVOGADOS : MARCOS DE MORAES BOMEDIANO - SP244195**  
**DOMINGOS FIORANTE BOMEDIANO E OUTRO(S) - SP166978**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**  
**INTERES. : BASF SA**  
**INTERES. : WIREX CABLE S.A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto pela **VERA APARECIDA MICHELETO MAIA e OUTROS**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 413/414, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

**PRESCRIÇÃO** Ação de indenização por danos morais e materiais Danos contínuos e permanentes Renovação do termo inicial do prazo prescricional Prazo trienal do artigo 206, §3º, inc. I e V, do Código Civil não decorrido Prescrição afastada - Precedentes do TJSP - Matéria de ordem pública que deve ser analisada a qualquer tempo e em qualquer fase do processo (art. 193 do CC e art. 219, § 5º do CPC) Ofensa ao princípio do devido processo legal não caracterizada.

**DECADÊNCIA** Inaplicabilidade do disposto nos arts. 441 e 445 do CC Prazo prescricional e não decadencial Ação de indenização por danos morais e materiais.

**AGRAVO DESPROVIDO.**

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 312/316, e -STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reconhecer a prescrição da pretensão e a decadência do direito. O Tribunal *a quo* negou

provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, os recorrentes, ora agravantes, alegam ofensa aos artigos 206, §3º, 210, 441, 445, do CC/02. Sustentam, em síntese, a prescrição da pretensão da parte recorrida, a decadência do direito e a nulidade da decisão de piso por julgar questões de mérito sem a devida dilação probatória.

Contrarrazões às fls. 406/411, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob o argumento de incidir a súmula 7 do STJ.

Daí o presente agravo (fls. 434/439, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual os recorrentes buscam refutar o óbice aplicado pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 441/446, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à prescrição, melhor sorte não assiste aos recorrentes. Na hipótese, vale destacar que o acórdão recorrido, após análise do acervo fático-probatório, concluiu que os danos narrados na inicial são de natureza contínua e permanente.

É, aliás, o que se verifica do seguinte excerto do aresto guerreado (fls. 293/294, e-STJ):

"[...] Do que se **extrai da petição inicial e dos documentos apresentados pelo agravado**, os danos causados pelo depósito de resíduos tóxicos em seu terreno **se prolongam no tempo**, tanto que as irregularidades descritas pelo recorrido constam do Auto de Infração lavrado pela CETESB com imposição de penalidade de advertência, datado de 03/08 2012. A corroborar com a continuidade dos danos, relata o agravado que em 29/01/2013 a CETESB realizou nova vistoria na área afetada concluindo que os trabalhos de remoção dos resíduos sólidos ainda seguiam no terreno, conforme ofício encaminhado ao Ministério Público em 30/04/2013. **Trata-se, portanto, ao menos em princípio, de dano contínuo e permanente, propiciando o ajuizamento da ação indenizatória enquanto perdurar, afastando-se a prescrição.** [...] Também não há que se falar em prescrição dos aluguéis pretendidos pelo agravado a título de indenização, não se aplicando na espécie os incisos I e V do § 3º do artigo 206 do Código Civil. O termo inicial que deve ser considerado para início da contagem da prescrição **é o da ciência da violação do direito, conforme o princípio da actio nata.** No caso em concreto, em se tratando de dano contínuo e permanente, não se completou o prazo prescricional."

Com efeito, esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que quando os danos forem de natureza sucessiva e gradual, a ação indenizatória poderá ser ajuizada enquanto perdurar o dano.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. DIES A QUO. AGRAVO DESPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que, em relação ao marco inicial do prazo prescricional, sendo os danos suscitados de índole sucessiva e gradual, a sua progressão propicia sucessivos sinistros sujeitos à proteção securitária, renovando-se, portanto, o prazo prescricional. Estará firmada a pretensão do beneficiário quando, interpelada a seguradora, esta se negar a indenizar.**

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 212.203/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 03/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE VIZINHANÇA. ABANDONO DE TERRENO CONTÍGUO À RESIDÊNCIA DA AUTORA UTILIZADO POR TRANSEUNTES COMO LOCAL PARA CONSUMO DE DROGAS, DEPÓSITO DE LIXO E COMO "BANHEIRO PÚBLICO". PRETENSÃO COMPENSATÓRIA. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 08/07/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é definir se está prescrito o direito da recorrida de ajuizar ação buscando a compensação de danos morais eventualmente sofridos, decorrentes de suposta violação ao direito de vizinhança por parte da recorrente.

3. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial.

4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência implica o não conhecimento do recurso quanto ao tema.

**5. Os danos experimentados pela recorrida são de natureza contínua e permanente, de forma que a ação reparatória ou compensatória pode ser ajuizada enquanto perdurar o dano.**

6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1659500/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 30/10/2017)

Portanto, estando o acórdão do Tribunal local em consonância com o entendimento desta Corte Superior, aplicável o óbice sumular 83, do STJ.

**3. Em relação à decadência, o Tribunal de origem consignou que "O que pretende o agravado é a reparação dos danos materiais e morais alegados, não buscando a redibição ou o abatimento do preço." (fl. 295, e-STJ), fundamento este não**

**impugnado no recurso especial.**

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

**1. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.**

2. O "plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano, circunstância que a diferencia, sobremaneira, daqueloutra, comum, prevista na lei civil". (REsp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015) 3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 952.727/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ.

1. Não compete a esta Corte Superior a análise de suposta violação de normas constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

**2. É inadmissível o recurso especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).**

3. A identificação de requerimento para produção de provas, cujo não atendimento propiciou o cerceamento de defesa com o julgamento antecipado do feito, não configura decisão extra petita.

4. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1082300/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 17/09/2018)

4. Por fim, a ausência de indicação expressa de dispositivos legais tidos por vulnerados não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida, como é o caso dos autos no que toca à alegação de nulidade da decisão que julgou questões de mérito sem a dilação probatória.

Dessa forma, é de rigor a incidência do enunciado sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal:

*“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI FEDERAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A falta de indicação do dispositivo legal supostamente violado e/ou de controvertida interpretação pretoriana configura deficiência recursal, por não permitir a exata compreensão da controvérsia, e não enseja a abertura da via especial, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional. Aplicação, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1343974/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 19/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARGUMENTAÇÃO RECURSAL NÃO ATRELADA A DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE OFENDIDO. SÚMULA 284/STF. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO DESPROVIDO.

1. As razões do recurso especial se encontram dissociadas da prescrição contida na legislação federal tida por violada, o que revela deficiência de fundamentação.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a simples demonstração de inconformismo não é suficiente à abertura da instância especial, cabendo à parte atrelar a sua argumentação a dispositivo legal supostamente violado ou a divergência jurisprudencial, sem o que incide, por analogia, a Súmula 284 do STF.

3. Este STJ firmou o entendimento de que, nos contratos de participação financeira, quando convertida a obrigação de subscrever ações em

perdas e danos, os juros de mora devem incidir a partir da citação.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1147009/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018)

**5.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

